

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Após impasse, megaleilão de petróleo fica para 2019	2
VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Para manter atratividade, BNDES adia leilão da Ceal	3
Título: Âmbar vende transmissão para Taesa.....	5
Título: Copasa fecha contrato de empréstimo com alemão KfW de € 80 milhões	5
Título: Geração distribuída, regulação e tarifas	6
Título: O Brasil dos privilégios não tem futuro	9
Título: Nova rodada do pré-sal tem cinco blocos e renderia perto de R\$ 8 bi	12
Título: Soja 'brilha' e exportações do campo continuam aquecidas.....	13
Título: Petros aprova novo plano de contribuição definida.....	15

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/12/2018****Seção: Economia****Autor: GERALDA DOCA, DAIANE COSTAE RAMONA ORDOÑEZ****Título: Após impasse, megaleilão de petróleo fica para 2019**

Certame é adiado, mas Paulo Guedes volta a prometer dividir recursos com estados e municípios, desde que apoiem reformas

Diante da falta de consenso entre a atual e a futura equipe econômica, o megaleilão dos volumes excedentes de petróleo no pré-sal, da área conhecida como cessão onerosa, não foi aprovado na reunião do Conselho de Política Energética (CNPE) realizada ontem.

Além da falta de acordo sobre a repartição de parte dos recursos arrecadados com estados e municípios, faltou o respaldo do Tribunal de Contas da União (TCU) para realizar o leilão sem a aprovação do projeto que trata do tema pelo Congresso Nacional, explicou uma fonte envolvida nas negociações.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, queria partilhar com estados e municípios parte dos recursos arrecadados com o leilão, mas o atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, discordou. Ele alegou que a medida poderia comprometer o teto do gasto público em 2019. Com o impasse na reunião de ontem, os dois ministros chegaram a um entendimento de adiar o assunto para 2019.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, também se manifestou de forma contrária à realização do leilão sem o aval da Casa, onde o projeto tramita.

"GRANINHA PARA TODOS"

A expectativa do governo era arrecadar R\$ 100 bilhões com o leilão. Após encontro com empresários no Rio, Guedes ontem voltou a prometer repartir os recursos do leilão com os estados e municípios, mas com a condição de que estes entes trabalhem pela aprovação da reforma da Previdência.

Durante palestra na Firjan, Guedes afirmou por várias ocasiões que o novo governo acabou com a política do "toma lá, dá cá" e que o fundamental é a união de todos para garantir a governabilidade.

— Recentemente, teve o impasse sobre a cessão onerosa. Vou voltar ao ataque no ano que vem em relação à cessão onerosa, vou ter uma graninha para todo

mundo se quiser ajudar a aprovar (a reforma da Previdência). Se não ajudar, não tem grana para ninguém, fica todo mundo sentado em cima do petróleo e todo mundo fica com problemas, juntos. Ou saímos juntos do buraco ou ficamos todos no buraco — destacou Paulo Guedes.

O futuro ministro enfatizou várias vezes em seu discurso que pretende reforçar o pacto federativo. —Vamos fazer a reforma do Estado e, no pacto federativo, começar a descentralizar (as decisões e os recursos). Mas eles (estados e municípios) têm que nos apoiar para fazer a reforma. Se não apoiar, eu não tenho o que dar para eles. Vai apoiar a reforma? Não vou. Então, foi um prazer te conhecer, vai lá pagar sua folha. Como posso ajudar alguém que não me está ajudando? Essa é a governabilidade, uma troca de apoio na direção do federalismo — destacou Paulo Guedes.

O megaleilão da cessão onerosa faz parte do acordo entre Petrobras e União. Por meio desse acordo, a estatal adquiriu, em 2010, o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo numa área da Bacia de Santos, como forma de viabilizar o aumento de capital da empresa que ocorreu na época. O petróleo que será leiloado é o que excede a cota adquirida pela Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Para manter atratividade, BNDES adia leilão da Ceal

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela privatização das distribuidoras da Eletrobras, informou no domingo à noite o adiamento do leilão da Ceal, última distribuidora da estatal, marcado para amanhã, para 28 de dezembro. O objetivo, segundo fontes, é dar mais prazo para que os potenciais compradores possam avaliar o negócio, uma vez que os dados utilizados na modelagem do certame estão defasados, e manter a atratividade do negócio.

O Valor apurou que o BNDES chegou a avaliar a possibilidade de aprimorar as regras do certame da distribuidora do Alagoas, devido ao atraso considerável no processo de privatização da empresa provocado por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma alteração no edital, porém, levaria a novos atrasos na data do leilão. No comunicado oficial sobre o adiamento da disputa não foi explicado o motivo da alteração.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, a situação da Ceal piorou desde que a modelagem foi feita, com dados de 2016. Por isso, o BNDES teria avaliado se seriam necessários ajustes. Procurado, o banco disse que houve apenas a remarcação da data, sem alteração no edital nem nas regras do certame.

O grande número de pedidos de informações à empresa por parte de interessados nos últimos dias também reforçou a decisão pelo adiamento do certame. "Houve muita solicitação de informação na última semana", disse uma fonte ao Valor, sob condição de anonimato. Segundo ela, o prazo adicional tem o objetivo de "manter a atratividade do leilão".

Devido à procura o governo decidiu dar mais tempo para os interessados acessarem a sala de informações do negócio. O "data room" estava fechado até o fim de novembro, devido a liminar do ministro Lewandowski, revogada apenas em 29 de novembro.

Pelas regras do leilão, o comprador da Ceal terá a obrigação de fazer uma capitalização imediata de R\$ 545,7 milhões na companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a distribuidora tinha passivos de curto prazo no total de R\$ 516,4 milhões, e passivos de longo prazo de R\$ 1,88 bilhão.

Nessa data-base, o patrimônio líquido da Ceal era negativo em R\$ 578,8 milhões, e os prejuízos acumulados equivalentes a R\$ 1,25 bilhão. O endividamento total da companhia era de R\$ 1,4 bilhão.

Apesar dos problemas, a distribuidora é considerada um dos ativos mais atrativos da Eletrobras, devido ao potencial de recuperação do seu mercado consumidor. A privatização da companhia, contudo, acabou sendo atrasada por conta da liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski, que barrou a operação em junho, no contexto de uma disputa entre a União e o governo de Alagoas.

Na sexta-feira, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, disse que a expectativa é que tenha mais de um interessado pela distribuidora alagoana. Caso se confirme a participação de mais de uma empresa no leilão da Ceal, esse será o único dos seis certames de privatização de distribuidoras da Eletrobras em que terá havido concorrência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/12/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Talita Moreira**Título:** Âmbar vende transmissão para Taesa

A Taesa assinou na noite de ontem acordo para adquirir os ativos de transmissão da Âmbar Energia, empresa do grupo J&F, por R\$ 942,5 milhões. A operação envolve 1,2 mil km de linhas de transmissão distribuídas em quatro ativos: as transmissoras São Pedro, São Paulo e 51% das ações da Triângulo Mineiro Transmissora e da Vale do São Bartolomeu.

Segundo fontes, os ativos são geograficamente complementares aos da Taesa e representam receita anual permitida de R\$ 130 milhões. As concessões da Âmbar preveem geração de receita até 2043.

Com a operação, a J&F - holding dos irmãos Batista, controladores da JBS - se desfaz de mais um ativo. O grupo já vendeu uma série de empresas, como a Alpargatas, desde o acordo de delação premiada de Wesley e Joesley Batista, no ano passado.

A venda dos ativos da Âmbar ainda depende de aprovação do Cade e da Aneel. A Taesa foi assessorada pelo Banco ABC Brasil e a Âmbar, pelo BTG Pactual.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/12/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Marcos de Moura e Souza**Título:** Copasa fecha contrato de empréstimo com alemão KfW de € 80 milhões

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), controlada pelo Estado, fechou contrato de empréstimo de € 80 milhões (R\$ 353 milhões) com o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW).

Os desembolsos devem começar a ser feitos no segundo semestre de 2019 e se estender por um período de três anos, disse ao Valor o diretor financeiro da Copasa, Frederico Delfino. A operação foi formalizada na quinta-feira.

É a segunda vez que a Copasa fecha financiamento junto ao banco alemão. Na primeira, em 2011, foram € 100 milhões. O último desembolso do banco ocorreu em março deste ano.

Os recursos do novo empréstimo serão usados em obras para reduzir o gastos com energia elétrica em 25 estações elevatórias; em ampliações e melhorias em quatro estações de tratamento de água que atendem a Belo Horizonte, Betim, Contagem e Montes Claros; e ampliação da rede de esgoto em outras cinco cidades.

O empréstimo faz parte do programa de investimentos da Copasa de R\$ 786 milhões para 2019. Segundo Delfino, a equipe do governador eleito Romeu Zema (Novo) - que assume daqui a duas semanas - não foi consultada.

"Estávamos conversando há mais de um ano com o KfW", disse Delfino. "As taxas indicativas para o empréstimo estavam em até 2% ao ano, mas após a avaliação de risco da Copasa feita pelo banco, conseguimos uma taxa de 1,41% ao ano", afirmou. A taxa anual definida no contrato de 2011 foi de 2,07%.

O banco alemão não exigiu desta vez, como fez anteriormente, garantia soberana para a concessão do financiamento. A garantia atual é baseada em recebíveis da Copasa, segundo Delfino.

A dívida bruta da empresa está em R\$ 3,6 bilhões, duas vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebtida na sigla em inglês). No terceiro trimestre, a empresa obteve receita líquida de R\$ 1,035 bilhão - em linha com mesmo período de 2017 - e Ebtida de R\$ 347 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Geoberto Espírito Santo

Título: Geração distribuída, regulação e tarifas

Gerar energia com fontes renováveis é uma tendência mundial para a alavancagem de um novo período de crescimento, originada pelo fim da Guerra Fria e pela necessidade de ocupação do vácuo tecnológico deixado pelo freio na corrida espacial e na ampliação dos arsenais nucleares. O desenvolvimento de fontes renováveis é uma das estratégias da tese do aquecimento global tendo a geopolítica como pano de fundo, porque para usar o sol e o vento não precisa ir além fronteiras. Um grupo menor de cientistas é cético sobre as causas desse

aquecimento, mas todos concordam com a política ambiental que para alguns já é uma ideologia.

A Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena) mostra que em 2017, no mundo, foram instalados 100 GW da fonte solar fotovoltaica, 40% maior que em 2016 e 100% sobre 2015. No Brasil, depois da Carta dos Ventos/2009, a fonte eólica teve uma maior penetração no Sistema Interligado Nacional (SIN) com os leilões por disponibilidade para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR), apoiada nos compromissos do governo com a estratégia mundial. Leilões de Energia de Reserva (LER) também tiveram o seu papel nesse sucesso, os custos dessa fonte caíram com projetos de melhor rendimento e já se discute a possibilidade de contratos por capacidade e produção endereçada ao Mercado Livre.

No Brasil, GD parece ser apenas a fonte solar fotovoltaica, por representar 83% das fontes distribuídas, mas é qualquer produção de energia diretamente conectada à rede de distribuição. Mas também podem ser utilizadas as fontes eólica, biomassa, PCHs, CGHs, gás natural, geotérmica, baterias e células de combustível de hidrogênio livre de carbono, devendo ser implantadas não só pelo critério do impacto ambiental, mas também por propriedade, operação e quantidade de penetração.

A GD solar teve um grande impulso com as RN Aneel 482/2012 e 687/2015, tornando-se competitiva pela redução em 75% dos seus preços na última década e com o forte aumento nas tarifas das distribuidoras. O regulador adotou o sistema de compensação (net metering) já utilizado na Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Dinamarca, Itália, Holanda, Coreia do Sul, Cingapura e parte dos EUA. Ultrapassamos 350 MW de potência instalada, atendendo a 44 mil unidades nas residências, comércio, indústria, produtores rurais e prédios públicos, com R\$ 2,5 bi investidos.

Tecnicamente, uma penetração de 20% das micro e mini GD no sistema atual é considerada segura, mas o sucesso veio antes do que se esperava e começa a causar distorções tarifárias. Na compensação atual, troca-se o kWh fotovoltaico (custo da energia gerada) com o kWh entregue pela concessionária (custo da energia comprada + transmissão + distribuição + encargos setoriais). Pela falta de total aderência entre a geração fotovoltaica (durante o dia) e a curva de carga diária do consumo desses "prosumidores" (no restante do tempo), eles continuam dependentes da concessionária. Com a difusão dessa postura as distribuidoras perderão receita, mas continuarão com as mesmas responsabilidades operacionais e com os custos de disponibilidade de transmissão e distribuição, que vão ser rateados pelos clientes cativos da concessionária, um subsídio cruzado calculado de 1,5% ao ano dos mais pobres para os mais ricos.

Nossa tarifa é uma das maiores do mundo, nela pesam repasses criados por legislação federal, estadual e municipal

Os encargos setoriais já pesam 20% na composição tarifária e nele temos a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), também composta por custos oriundos de subsídios para solar e eólica na redução da TUST, da TUSD e pagamento da Energia de Reserva que são repassados para todos os consumidores. Aliás, é complicado entender porque temos que pagar "reserva" quando compramos "garantia física" nos leilões. A inserção de renováveis intermitentes num mercado já consolidado, como o da União Europeia, é muito diferente do que colocá-las num mercado em expansão, como no Brasil. Lá, uma substituição, com os investimentos na geração de base e na transmissão já remunerados. Aqui, uma expansão, vamos ter que adicionalmente remunerar esses dois segmentos para que possamos assegurar energia nas 24 horas do dia.

Nosso modelo de expansão foi concebido para planejamento, leilões e contratos de longo prazo e já temos 165 GW de potência instalada para remunerar com um mercado de 68 MW médios de demanda. No mercado cativo das distribuidoras nossa tarifa é uma das maiores do mundo, na qual pesam repasses criados por legislação federal, tributação estadual e contribuição municipal. Esse nível cada vez mais alto estimula uma maior adesão dos "prosumidores" e essa "espiral da morte" promove uma perversa transferência de custos para os "sem painel", justamente aqueles que não dispõem de recursos para produzir sua própria energia.

O marketing da "energia limpa" é pesado e o racional seria dizer que as fontes eólica e solar são energias "menos sujas", pois são limpas apenas na sua operação. Se considerarmos o ciclo completo da conservação de energia (retirada da matéria-prima da natureza, transporte, produção industrial, instalação, operação, manutenção, descarte) as fontes nuclear e hidráulica produzem menos kg de CO2 equivalente/kWh. Esses números, e suas projeções, seriam bem menores se tivéssemos investido na produtividade elétrica, fazendo mais com menos, implantando um consistente programa de eficiência energética em nossas instalações.

A Aneel está preocupada com a escalada das tarifas e um ajuste na regulação da GD já estava previsto até 2019, quando em Audiência Pública recebeu mais de 80 contribuições. A remuneração do uso da rede é justa, mas é preciso medir quanto ela está sendo usada em termos de posto horário e de distância entre o ponto de injeção e de consumo. Exige a estimação adequada dos custos e benefícios sistêmicos, realidade distante por causa da insuficiência de estudos conclusivos sobre o fator de coincidência entre as curvas de carga do sistema e de geração.

O sistema de compensação gera muito excesso com uma GD que produz por 24h/dia. Tarifas horárias e locacionais bem desenhadas são capazes de gerar incentivos e sinais de preço mais eficientes para os consumidores. Uma tarifa prêmio que permita a venda de excedentes ou uma tarifa de compra e outra de venda são soluções que chegarão com a abertura do mercado.

Certamente que, para avaliar motivos e temporalidade dos subsídios, a Aneel vai também levar em conta os benefícios da GD: redução na perda das potências real e reativa e na oscilação do sistema; aumento da estabilidade, confiabilidade, capacidades de carregamento e de transferência de energia disponível.

Geoberto Espírito Santo é engenheiro e professor aposentado do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Maria Clara R. M. do Prado

Título: O Brasil dos privilégios não tem futuro

Quando assumir a Presidência da República, em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro passará a governar um país com renda bruta e PIB per capita, em dólares correntes, inferiores aos de 2010. Também a poupança bruta, que já era baixa, caiu ainda mais, do nível de 18% do PIB em 2010/2011 para 14,5% do PIB em 2017, segundo dados do Banco Mundial.

A renda continua concentrada. Mais da metade, 56,1%, é repartida entre os 20% do espectro mais alto. Sobram 43,9% da renda para serem divididos entre os demais brasileiros. Bolsonaro vai herdar um país que insiste em desprezar as vantagens de ter um grande e atrativo mercado interno, chamariz para investimentos e garantia de desenvolvimento consolidado, para benefício de um grupo de pessoas que, além de absorver a maior parte da renda, tem acesso a outros privilégios.

Ao contrário do PIB, que pode variar para mais ou para menos em função de fatores sazonais, o padrão da distribuição da renda brasileira, forjado ao longo de séculos, é crônico. Está presente em praticamente todos os setores da atividade econômica e social do país. Na saúde, na educação, nas condições sanitárias e de habitação, e na previdência social.

Servidores fazem parte de uma máquina que, de tão custosa, já nem consegue caber dentro de si mesma

Os cofres públicos são generosos não com a qualidade de serviços que deve ser prestada à população, mas com os servidores que são regamente pagos sem critérios de meritocracia, sem controle de produtividade e muitas vezes com a ajuda de padrinhos políticos. Fazem parte de uma máquina que, de tão custosa, já nem consegue caber dentro de si mesma.

Neste país, ao contrário de outros, é muitíssimo mais vantajoso ser funcionário público do que empregado em empresa privada. Por funcionários públicos, deve-se entender todos os que trabalham nos governos federal, estadual e municipal, nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas universidades federais e estaduais, na autarquias, enfim... todos cujos rendimentos do trabalho são pagos com o dinheiro da arrecadação de taxas e impostos.

Não há dúvida de que os desequilíbrios da previdência social precisam ser enfrentados o mais rapidamente possível, na busca de soluções duradouras, a começar pela reforma do sistema de previdência do funcionalismo público. É caro, discrepante e injusto. O peso nas contas públicas tem aumentado exponencialmente, a ponto de muitos governos estaduais não terem mais condições financeiras de arcar com os custos dos seus aposentados. Sem falar que sobra pouco para outras rubricas. O governo gasta com pessoal seis vezes mais do que com investimento público.

A raiz do problema está, claro, na elevada remuneração dos servidores públicos. Funciona como uma bola de neve crescente, culminando com as altas aposentadorias. Entre o ano 2000 e 2016 o custo com pessoal do governo federal aumentou, em média, 4% ao ano em termos reais. Vale lembrar que ninguém é demitido no setor público brasileiro, a menos em situações muito graves.

O próximo presidente precisa encarar os fortes lobbies dos grupos de pressão se quiser resolver de vez o déficit fiscal. Precisar de coragem e determinação para enviar ao Congresso propostas de emenda constitucional que prevejam, por exemplo, o desaparecimento da prerrogativa que tem hoje o Poder Judiciário de decidir sobre o nível dos próprios salários, além dos auxílios moradia, viagem, etc... Se quem arrecada é o Poder Executivo, só este tem condições de determinar a remuneração dos servidores (e aqui entram também os deputados e senadores) que cabe dentro do orçamento público.

Um estudo do FMI, realizado por Izabela Karpowicz e Mauricio Soto, mostra que a despesa com pessoal no Judiciário brasileiro é uma das mais altas do mundo, comparável à da Suíça. "O salário médio no Poder Judiciário é cinco vezes mais

alto do que a média de salários do setor público e nove vezes mais alto do que a média salarial do setor privado", diz o estudo "Rightsizing Brazil's Public-Sector Wage Bill" (Dimensionando a conta do salário no setor público do Brasil), publicado em outubro.

Entre abril de 2004 e dezembro de 2015, os salários públicos em geral, no país, cresceram ao redor de 45% em termos reais, em média, enquanto que os salários do setor privado aumentaram em cerca de 25% em termos reais. Às implicações no perfil dos gastos da previdência social, soma-se a distorção na formação de preços do mercado de trabalho, além dos efeitos sobre a produtividade da economia brasileira.

Considerando idade, educação e gênero, o salário no setor público brasileiro é 30% mais alto, em média, do que no setor privado formal. "Essa marca está substancialmente acima da marca média de 9% para países relacionados no Estudo de Renda de Luxemburgo (Luxembourg Income Study, LIS, é um centro de dados transnacionais comparativos que atende a pesquisadores, estudiosos e governos)", diz o trabalho, indicando que a mão de obra com menos anos de educação no Brasil ganha em média, 50% a mais no setor público do que no privado.

Não bastasse isso, há ainda dentro do governo muitos governos. Cada ministério tem níveis salariais próprios, gerando deformidades para um mesmo tipo de atividade. O estudo cita o fato de um motorista no Ministério da Energia ganhar 30% a mais do que no resto do governo federal e o de uma operadora de telefonia do Ministério dos Transportes receber 53% a mais do que as telefonistas de outras áreas.

Com os votos que recebeu nas urnas, Bolsonaro tem obrigação de mudar a cara do setor público do país. O estudo do FMI sugere um corte de pelo menos 1% do PIB nas despesas com pessoal do governo federal para ajudar a enquadrar os números na lei do teto de gastos (PEC 241) até 2023. Representaria uma relevante quebra do paradigma histórico. No mais, o que se pode fazer é desejar aos leitores um Feliz 2019!

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve mensalmente às terças-feiras. E-mail: mclaraprado@terra.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/12/2018****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner e Carla Araújo****Título: Nova rodada do pré-sal tem cinco blocos e renderia perto de R\$ 8 bi**

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deu ontem sinal verde para a realização de dois leilões de petróleo e gás em 2019. A 6ª rodada do pré-sal vai oferecer cinco áreas pelo regime de partilha. O Valor apurou que a equipe de transição tem a expectativa de um reforço em torno de R\$ 8 bilhões aos cofres públicos com esse certame no que vem. A proposta de lei orçamentária, que tramita no Congresso Nacional e deve ser votada nesta semana, não tem estimativa de receita.

Dois blocos foram incluídos na 6ª rodada: Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava. Também houve a readequação de outros três blocos: Aram, Bumerangue e Cruzeiro do Sul (antigo Sudeste de Lula, Sul e Sudoeste de Júpiter). Nos leilões do pré-sal, o bônus de assinatura é fixo e a definição do vencedor ocorre pelo ágio no lucro-óleo - volume de petróleo a ser transferido para a União depois de descontadas todas as despesas na exploração.

O CNPE também liberou a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para realizar a 16ª rodada de licitações de blocos em áreas terrestres ou no chamado pós-sal. Serão oferecidos 42 blocos, pelo regime de concessão, em cinco bacias sedimentares: Santos, Campos, Pernambuco-Paraíba, Jacuípe e Camamu-Almada.

Diferentemente do regime de partilha, essas áreas são licitadas pelo maior valor de bônus de assinatura, o que torna mais difícil fazer previsões de receita - a ANP define apenas o valor mínimo. Algumas pessoas, na equipe de transição, chegaram a falar na possibilidade de mais de R\$ 10 bilhões em arrecadação. O número, porém, foi visto como "excessivamente otimista" e "fora da realidade" por fontes do atual governo.

A ANP foi autorizada ainda a levar adiante estudos de prospectos para a 7ª e a 8ª rodadas do pré-sal, que seriam organizadas em 2020 e em 2021, respectivamente. Uma delas ofertaria três blocos: Esmeralda, Ágata e Água Marinha. Tupinambá, Jade, Ametista e Turmalina estão previstas preliminarmente para a outra.

"Com isso, iniciaremos um novo ciclo de investimento na indústria", afirmou o diretor-geral da agência reguladora, Décio Oddone. Segundo ele, entre 2016 e

2018, foram arrecadados R\$ 28 bilhões em leilões de petróleo e o Brasil respondeu por cerca de 75% dos bônus de assinatura em todo o mundo no setor. Foram 72 blocos licitados nesse período, tanto no pré-sal como no pós-sal.

Graças aos leilões, a produção brasileira deverá subir para 7,5 milhões de barris equivalentes de petróleo por dia em 2030, disse Oddone. As exportações vão passar do atual 1 milhão de barris para 4 milhões de barris por dia. O número de plataformas de petróleo em operação aumentará de 106, hoje, para 170, ao fim da próxima década. "Isso é extraordinário", disse o diretor.

Os anúncios do CNPE foram feitos em solenidade no Palácio do Planalto em que o presidente Michel Temer assinou sete contratos de áreas arrematadas em leilões neste ano. Ele aproveitou para fazer um balanço de sua gestão no setor em dois anos e meio. Foi, segundo o presidente, a celebração de uma "jornada bem-sucedida". Nesse período, lembrou que a Petrobras saiu de uma situação de desconfiança no mercado para recuperar sua credibilidade no país e no exterior.

Temer assinou também um decreto que implementam algumas ações discutidas no âmbito da iniciativa Gás para Crescer e não dependem de mudança legal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/12/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Fernando Lopes

Título: Soja 'brilha' e exportações do campo continuam aquecidas

Puxadas por soja, milho e produtos florestais, as exportações brasileiras do agronegócio voltaram a registrar crescimento expressivo em novembro. Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) compilados pelo Ministério da Agricultura, totalizaram US\$ 8,4 bilhões, 18,3% mais que no mesmo mês do ano passado.

Na mesma comparação, e impulsionadas pelo trigo, as importações tiveram aumento de 2,2%, para US\$ 1,2 bilhão. Assim, o superávit setorial ficou em US\$ 7,2 bilhões, incremento de 21,4%. O valor dos embarques do agronegócio representou, segundo o ministério, 40% do total exportado pelo país no mês passado, ante 42,4% em novembro de 2017.

Como já haviam apontado dados divulgados no início do mês pela Secex, o destaque do setor foi a manutenção do ritmo forte de exportações de soja, embora novembro seja um mês de entressafra no qual normalmente essas vendas são mais modestas.

Segundo o ministério, o grão e seus derivados lideraram a pauta e geraram US\$ 2,5 bilhões em divisas, 97,5% mais que em novembro do ano passado. Em seguida vieram carnes (US\$ 1,3 bilhão, queda de 2,5%), produtos florestais (US\$ 1,2 bilhão, aumento de 18,6%), cereais, farinhas e preparações (US\$ 761,4 milhões, alta de 29,5%) e açúcar e etanol (US\$ 638,6 milhões, baixa de 26,4%).

Para o avanço das exportações do complexo soja, informou o ministério, pesou a disparada dos negócios com o grão. Esses embarques alcançaram 5,1 milhão de toneladas, 136,6% mais que no mesmo mês de 2017 e um recorde para meses de novembro. "Além disso, o preço médio do produto subiu 3,8%, para US\$ 395 por tonelada", informa levantamento divulgado pela Pasta.

Esse resultado foi diretamente influenciado pela demanda da China, muito mais aquecida que o normal para o mês em virtude das disputas comerciais entre Pequim e Washington, que têm provocado a retração das compras chinesas do grão americano.

E graças a esse movimento, a China ampliou sua liderança como principal destino das exportações brasileiras do agronegócio. A fatia das compras do país asiático (US\$ 2,9 bilhões) no total chegou a 34,5% no mês passado, ante 18% em novembro de 2017.

Essa grande participação chinesa também é sustentada pelas carnes, mas, no total, as exportações brasileiras diminuíram nessa frente - 2,5% na comparação, para pouco menos de US\$ 1,3 bilhão. Essa queda foi determinada por reduções nas áreas de carnes de frango e suína, apenas parcialmente compensados por uma melhor performance da carne bovina.

Segundo o ministério, as exportações brasileiras de carne bovina atingiram US\$ 617,8 milhões, 4,8% mais que em novembro de 2017. No caso da carne bovina in natura, houve um novo recorde para o mês (US\$ 521,8 milhões).

Com os resultados de novembro, os embarques do agronegócio do país alcançaram US\$ 93,2 bilhões nos primeiros 11 meses deste ano, 4,6% mais que em igual intervalo de 2017, também impulsionados pelo "mutualismo" entre Brasil e China na soja em grão.

No período, as exportações brasileiras do complexo soja (grão, farelo e óleo) atingiram US\$ 38,7 bilhões, 26,8% acima do montante observado de janeiro a novembro do ano passado. Não por coincidência, a participação da China no

total exportado pelo setor chegou a 35,6%, ante 28,2% no mesmo período de 2017.

O Ministério da Agricultura destacou, finalmente, que no período de 12 meses encerrado em novembro as exportações setoriais alcançaram US\$ 100,1 bilhões, marca histórica alavancada mais pelo incremento dos volumes vendido do que pelos preços. Mas ainda não foi um novo recorde: de dezembro de 2012 a novembro de 2013, os embarques somaram US\$ 100,7 bilhões. (Colaborou Luiz Henrique Mendes)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/12/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol

Título: Petros aprova novo plano de contribuição definida

O conselho deliberativo da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, aprovou ontem a criação de um novo plano de contribuição definida (CD) em substituição ao PPSP, de benefício definido (BD) e que tem um déficit de quase R\$ 28 bilhões a ser equacionado, apurou o Valor.

A adesão ao novo plano será voluntário. Hoje, os participantes fazem contribuições extraordinárias para sanear um déficit de R\$ 27,7 bilhões. Com expectativa de novo rombo em 2018, a tendência é que um novo programa de equacionamento seja colocado em prática.

Nos planos BD, a aposentadoria é vitalícia e o valor é definido previamente. Já os CDs adotam o conceito de contas individuais e as aposentadorias dependem do valor acumulado.

A mudança ainda precisa passar pelo conselho da Petrobras, a patrocinadora, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest). Antes da reunião, participantes da Petros fizeram uma manifestação contra a migração em frente à sede da fundação, no centro do Rio.

Este ano, o PPSP foi cindido e ficou dividido entre dois planos independentes. Assim, patrimônio, compromissos futuros e provisionamentos de recursos para pagamento de despesas judiciais, por exemplo, foram divididos de acordo com aspectos específicos de cada grupo, incluindo o número de participantes. Após a divisão, o PPSP-Repactuados (PPSP-R) passou a reunir os participantes ativos,

aposentados e pensionistas que aceitaram mudar as regras de correção do benefício pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nele, o déficit apenas de 2018 até setembro é de quase R\$ 5 bilhões. Já o PPSP-Não Repactuados (PPSP-NR) ficou entre os que preferiram manter o benefício vinculado aos reajustes de salário dos trabalhadores da ativa da Petrobras e demais patrocinadoras do plano.

MME / ASCOM .